



CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS AMORDAÇADAS

COMUNICADO

Chegou ao fim a 14ª edição do Congresso das Misericórdias Portuguesas, **marcado pela ausência da larga maioria das Santas Casas**, certamente desmotivadas pela falta de eco dos seus problemas no seio da UMP.

Mas se a **ausência de dois terços das Misericórdias** é, já por si, merecedor de uma profunda reflexão, já o modelo escolhido para a intervenção dos participantes deve ser alvo de uma chamada de atenção e profundo reparo das associadas da União das Misericórdias Portuguesas.

Assim, lamentamos a forma com foi **vedada a livre intervenção dos congressistas**, para os quais apenas foi reservado o papel de meros ouvintes, sem que pudessem usar da palavra no debate com os diversos convidados.

A organização chamou para si a implementação de uma metodologia nunca vista nos Congressos anteriores das Misericórdias, em que a **plateia apenas podia colocar questões por escrito e sujeitas a prévio controlo**, impedindo dessa forma a interação entre os Congressistas e os convidados.

Esta linha de atuação foi, **sem dúvida alguma, antidemocrática, revelando o estado em que a UMP se encontra. Uma mera caixa-de-ressonância de quem tomou conta dela como se fosse sua, receando o confronto de ideias e opiniões discordantes.**

Uma UMP afastada e arredada das Provedoras e Provedores e, por inerência, das Misericórdias.

A introdução desta metodologia, justificada com a necessidade de melhor organizar os trabalhos, mais não foi do que **uma forma de coartar o espírito livre e a capacidade crítica das Misericórdias**, muito em linha com o que vem sucedendo nas últimas Assembleias Gerais.

Quando em presença de tantos responsáveis políticos e figuras públicas, este era o momento para que **a voz das Provedoras e Provedores fosse ouvida**, era o momento para questionar de **forma frontal, contextualizada e educada**, algumas das políticas públicas, assim como serem propostas soluções junto da tutela presente, mas de igual modo, esclarecendo alguns académicos sobre o que é, realmente, uma Misericórdia.





Ao invés disso, as Misericórdias presentes ainda foram brindadas com preconceitos de um ou outro convidado, sem que a plateia pudesse intervir e reagir, inclusive uma oradora deu a entender que as Misericórdias não são sérias.

Ora, as Misericórdias repudiam e não subscrevem qualquer forma, opção ou prática de gestão que coloquem em causa o seu bom nome e a reputação de todas as Provedoras e Provedores que as servem.

Depois, registámos os alertas do Presidente da República, chamando a atenção para as responsabilidades do Estado, mas de igual modo, dando nota da **necessidade de rejuvenescimento e mudança da UMP.**

Mas esta não foi a primeira vez que o mais alto Magistrado da Nação alertou para a renovação de que a UMP carece, noutras ocasiões fez registo dessa mesma necessidade!

O mal-estar presente nos corredores do Congresso, nomeadamente com a questão das dificuldades económicas de que as Misericórdias padecem, ou o “atabalhoado “ processo da Contratação Coletiva, a par da impossibilidade de se exprimirem publicamente sobre estas e outras matérias, **foi indissfarçável.**

No final do Congresso o resultado continua a ser uma **manifestação de intenções não concretizadas**, traduzidas nas declarações finais, sejam as do Presidente do Secretariado Nacional da UMP que, à boleia do Congresso, procurou justificar as críticas de quem tem sido alvo pela subserviência e excessiva proximidade ao poder político, seja dos responsáveis políticos presentes.

As exigências apresentadas no final dos trabalhos caracterizaram-se então por uma total incoerência, pois ainda em Dezembro de 2022 fomos brindados pelo Presidente do Secretariado Nacional com o anúncio dos avultados apoios recebidos e a receber (5% para 2023!), mas volvido um curto espaço de tempo os ditos apoios **já se tinham esgotado provando, claramente, a insuficiência dos mesmos e a razão da voz avisada de inúmeros Provedores.**

De igual modo, e quase numa “dança ensaiada”, ouvimos dos representantes do Estado o anúncio de apoios já concedidos e esgotados, e o (re) anúncio de medidas há muito conhecidas, como o caso do reforço do PRR.





Escutámos ainda, a clareza com que os representantes do Estado disseram que tinham cumprido tudo o que fora contratualizado no âmbito da cooperação, o que significa, desde logo, **que a UMP pouca, ou nenhuma, clareza teve na reivindicação do justo valor pelos serviços que as Misericórdias prestam.**

3

Mas ouvimos também, e quem esteve atento, ao anúncio, para o Compromisso de Cooperação 2023-2024, da efetivação das medidas anteriormente anunciadas como extraordinárias!

Significando então, e à semelhança de experiências anteriores, que a integração dos valores extraordinários nas participações do Estado **não representarão qualquer atualização significativa, pois já estamos a contar com elas no dia-a-dia, isto caso as Misericórdias não mudem o rumo da sua UMP.**

Para uns, apenas os poucos de que não padecem do desespero de pagarem os seus compromissos, obteve-se um “copo meio cheio”, para outros, a larga maioria entenda-se, saiu do Congresso com um “copo vazio”.

Não temos dúvidas nenhuma, este modelo de representação e funcionamento da UMP está esgotado, nós sabemos-lo e o Estado também, aproveitando-se disso nas negociações!

Por isso, **É preciso “Devolver a UNIÃO às Misericórdias”**

5 de Junho de 2023

(Dr. António Sérgio Martins – Porta-voz do movimento Somos Todos Misericórdia)

